



RESENHA

SOBRE A HISTÓRIA, A ANTROPOLOGIA E OS LEGADOS DO IMPÉRIO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Contatos
Avenida Professor Aníbal Bettencourt, nº 9
1600-189 – Lisboa – Portugal
matheusservapereira@edu.ulisboa.com
iracema.dulley@ics.ulisboa.pt

 Matheus Serva Pereira¹

Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais
Lisboa – Portugal

 Iracema Dulley²

Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais-
Lisboa – Portugal

Resenha do livro: SEIBERT, Gerhard. *The Wealth of History of the Small African Twin-Island State São Tomé and Príncipe*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2024.

O livro *The Wealth of History of the Small African Twin-Island State São Tomé and Príncipe*, de Gerhard Seibert, representa uma contribuição significativa aos estudos sobre São Tomé e Príncipe (STP), reunindo décadas de pesquisa de um dos maiores especialistas dessa pequena nação africana. Publicado em 2024, pela Cambridge Scholars Publishing, o livro é um valioso contributo para o público de língua inglesa, oferecendo uma visão abrangente da história, sociedade e economia das ilhas ao longo

¹ Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Investigador Júnior no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), Lisboa, Portugal. A escrita desse texto contou com o apoio do projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), referências: 10.54499/2021.01651.CEECIND/CP1696/CT0008 e 2023.11331.PEX.

² Doutora em Antropologia Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Investigadora Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), Lisboa, Portugal. A escrita do presente texto contou com o apoio do projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), referência: 2022.04991.CEECIND/CP1756/CT0005.

dos últimos 550 anos. Com menos de 200 páginas, oferece uma introdução acessível ao tema para leitores que o desconhecem, especialmente estudantes e acadêmicos em busca de uma compreensão generalista da história de STP em sua longa duração.

A obra é composta por seis capítulos, sendo a maior parte deles versões revisadas e ampliadas de artigos e capítulos de livros previamente publicados. O terceiro capítulo é a única contribuição totalmente inédita, trazendo *insights* novos que complementam o restante do trabalho. Essa estrutura consolida a vasta produção do autor, que é, sem dúvida, uma das maiores autoridades sobre STP na atualidade. Com isso, proporciona uma síntese da trajetória de investigação e dos resultados de mais de quatro décadas de conhecimento produzido pelo autor. Voltado especialmente para um público anglófono, o livro tem como objetivo preencher uma lacuna notável na literatura em vista da escassez de publicações sobre STP em inglês. Como o próprio Seibert identifica, até o momento, existiriam apenas quatro obras relevantes sobre o arquipélago publicadas ou produzidas em inglês, sendo que uma delas é o seu próprio estudo sobre o contexto da independência santomense.

De fato, apesar dos 50 anos de independência, celebrados em 2025, STP é um dos países africanos com mais diminuta produção historiográfica, tanto em inglês como em português, sobretudo em comparação com as consolidadas pesquisas sobre as dinâmicas do passado de Cabo Verde, Angola e Moçambique. O próprio autor coloca-se uma pergunta no início do livro: afinal, por qual motivo se escreveu e se continua a escrever tão pouco sobre STP? Essa pouca atenção recebida por parte das investigações contrasta com a relevância que o arquipélago possui e, sobretudo, como afirma o autor, por ser um local importante para entender a história do que veio a ser convencionado como o Mundo Atlântico. Afinal, parafraseando Seibert, olharmos para os muitos passados de STP nos permite observar e analisar fenômenos globais em um local circunscrito, tais como a criação de um sistema-mundo baseado no tráfico transatlântico de africanos escravizados, na exploração de corpos e espaços a partir da *plantation*, nas reestruturações do colonialismo europeu na África a partir do século XIX e nas muitas disputas ao redor das lutas nacionalistas africanas e da construção dos Estados nacionais independentes em tempos pós-coloniais.

A estrutura do livro

Seibert apresenta seu objetivo de forma modesta: afirma pretender não fornecer uma história exaustiva de STP, mas “focar em períodos cruciais e eventos importantes” (2024, p. X).³ Embora o texto dê conta dessa proposta, a seleção de períodos e eventos revela uma preferência pela história política e econômica, frequentemente fundamentada em relatos de caráter fático, sem problematizar o próprio exercício de recorte cronológico e de seleção desses eventos como “cruciais” e “importantes”. Por exemplo, o livro destaca o papel de STP como a primeira economia de plantação tropical baseada na monocultura e no trabalho escravizado africano — uma precursora essencial, mas pouco estudada, dos sistemas de plantação posteriormente estabelecidos nas Américas e no Caribe. Assim, STP apresenta-se como a primeira experiência histórica desse dispositivo de exploração e dominação colonialista, como embrião de desenvolvimentos capitalistas futuros e estando, portanto, nas origens de um modelo que subsequentemente se expandiu para histórias atlânticas e globais mais amplas.

O primeiro capítulo, “The First Colonisation” [A primeira colonização], trata da chegada dos portugueses às ilhas de São Tomé e Príncipe, as quais, à época, eram desabitadas — embora existam debates relacionados a essa questão, com algumas narrativas nacionalistas sugerindo a presença de populações nativas. O foco do capítulo é o período da produção monocultora do açúcar e da utilização do trabalho escravizado, com ênfase na ascensão e no declínio do primeiro ciclo de plantação em STP, entre os séculos XVI e XVII. No entanto, como a produção em STP não era tão competitiva como a do Brasil, ao final do século XVII, tal sistema entrou em colapso, impactando na economia da ilha e fazendo com que se transformasse num entreposto para o comércio de escravizados africanos para o Brasil até, pelo menos, o final desse comércio em 1850.

A abordagem utilizada no capítulo um é, predominantemente, econômica e política, com uma análise centrada no contexto colonial. As fontes disponíveis são limitadas, o que aponta, independentemente do pioneirismo de fenômenos presentes em STP e que viriam a se tornar fatores estruturantes das sociedades ocidentais contemporâneas, para uma pista sobre os motivos pelos quais a história das ilhas não tem sido tão explorada pela historiografia como tantas outras existentes nesse contexto africano-americano. Como resposta ao desafio, Seibert baseia sua análise mais na bibliografia já existente do que em uma nova análise de fontes previamente

³ No original: “focus on crucial periods and important events”, p. X.

analisadas ou em novas fontes até então ignoradas. Talvez seja esse o motivo pelo qual não são abordados os quase 200 anos de história em que a ilha desempenhou o papel de entreposto comercial do tráfico. Seibert afirma que a ocupação portuguesa das ilhas seguiu modelos de experiências anteriores em locais como Madeira, Açores e Cabo Verde. Ademais, antes mesmo da implementação do tráfico transatlântico de escravizados, a sociedade de São Tomé e Príncipe já era uma sociedade escravista. O que se destaca no capítulo é a ideia de que STP, apesar de ser uma experiência única no contexto do colonialismo português, também compartilhou semelhanças com Cabo Verde, como a presença precoce de populações negras e mestiças ocupando cargos oficiais. Além disso, a ilha serviu como um laboratório para outras regiões que moldaram o que entendemos como colonialismo português nesse período, com a implementação de plantações, trabalho escravo e tráfico de escravizados.

Publicado originalmente em 2011, o segundo capítulo, “Slave Resistance and Revolt” [Resistência e revolta escrava], marca uma guinada do livro para uma abordagem da história social. O autor argumenta que escrever a história da escravidão é também escrever sobre a resistência a ela, sendo a fuga a principal forma como essa resistência se desenvolveu no arquipélago. Os agrupamentos de escravizados fugidos em STP, nomeados de diferentes maneiras ao longo do tempo e da região em que existiram no Mundo Atlântico, que foram pouco estudados pela historiografia portuguesa, são trazidos à discussão como um tema promissor para investigações futuras, incluindo o potencial cruzamento com revoltas de escravizados em outras partes do Atlântico. O capítulo enfoca a história das fugas, os macambos (comunidades formadas por escravizados fugidos desde 1530) e o surgimento dos Angolares, um grupo social resultante dessas fugas.⁴ A análise da rebelião de 1595, uma das primeiras desse tipo no Mundo Atlântico, e do impacto das resistências sobre o sistema da plantação, são objeto central de sua análise. O autor questiona as teorias predominantes sobre as origens dos Angolares, desmistificando a narrativa de que seriam descendentes de africanos oriundos de um navio naufragado ou dos habitantes originais da ilha, e posiciona-se em defesa da “teoria dos quilombos”, baseada em evidências documentais, linguísticas e genéticas. Ao tentar solucionar um debate historiográfico ao redor da questão das origens dos Angolares, o autor, de maneira muito positiva, aponta para a necessidade de constituição de um campo que explore as dinâmicas sociais dos Angolares, e que observe de maneira crítica as incongruências de muitas das perspectivas que se debruçaram sobre esse passado

⁴ O autor não explica por qual motivo utiliza o termo “macambo”, ao invés da grafia mais comumente utilizada e que foi dicionarizada em português, no século XVIII, de “mocambo” (PEREIRA, 2024).

a partir de uma lógica da “historiografia nacionalista” ou da “história patriótica” (RANGER, 2004).

“Recolonisation in the Nineteenth Century” [Recolonização no século XIX], o terceiro capítulo do livro, trata de um período comumente identificado como sendo o da “segunda colonização” de STP e contrastado com o primeiro, do século XVI. Como apresentado nos dois primeiros capítulos do livro, a “primeira colonização” foi marcada pela implementação do sistema das plantações de açúcar, tendo os séculos XVII e XVIII testemunhado o seu declínio e um suposto desinteresse português pela ilha, o que fez com que esta se tornasse um ponto de comércio e abastecimento. O autor salienta a negligência historiográfica em relação a esse período intermediário, sugerindo que tanto os relatos portugueses quanto os nacionalistas são influenciados pela narrativa colonial. No século XIX, a monocultura foi reativada com a introdução das roças, plantações de café e cacau, frequentemente estabelecidas à força em terras ocupadas por famílias locais. O retorno ao modelo de exportação foi acompanhado pelo uso do trabalho forçado, inicialmente com libertos, e, em seguida, com o uso de trabalhadores africanos contratados oriundos de diversas regiões da África. Essa recolonização resultou em uma estrutura social fragmentada, com Crioulos, Forros e Angolares de um lado e Serviçais do outro. Apesar de denunciar a brutalidade do trabalho forçado, o capítulo segue uma abordagem predominantemente política e econômica, não abordando as vivências e experiências diretas dos trabalhadores e as formas como resistiram à opressão colonial.

Publicado originalmente em 2002/2003, o quarto capítulo, “The Massacre of February 1953” [O massacre de fevereiro de 1953], aborda o massacre ocorrido nesse período, um evento traumático na história de STP, muito antes de estudos recentes, como o de Inês Nascimento Rodrigues (2018), que trouxeram novas perspectivas sobre o colonialismo português.⁵ O autor contextualiza o massacre no âmbito da tentativa do governo colonial português de forçar a população crioula a trabalhar nas roças, resultando em protestos espontâneos e repressão brutal. Foi, segundo o autor, o episódio mais violento do colonialismo português em tempos de paz, marcado pelo sadismo e pela tentativa de justificar a repressão como resposta a uma inventada insurreição comunista. O massacre, posteriormente reconhecido como marco do nacionalismo santomense, tornou-se um símbolo da luta contra o colonialismo, comemorado após a independência. A abordagem pioneira do autor ao massacre, quando da data original da publicação do artigo, mereceria, contudo, algumas revisões. Apesar de reconhecer a violência e o racismo estrutural envolvidos no evento,

⁵ Curiosamente, Seibert e Rodrigues têm trabalhado de maneira muito próxima recentemente (RODRIGUES & SEIBERT, 2024).

o texto privilegia uma perspectiva focada nos desdobramentos políticos e econômicos, sobretudo a partir de um olhar de cima para baixo sobre o acontecido, deixando de incorporar perspectivas mais recentes desenvolvidas no contexto da análise de outros massacres e atrocidades cometidas pelo colonialismo português no contexto do colonialismo tardio, ainda que ocorrido em outros espaços africanos.⁶

O capítulo cinco, “Anti-colonial Activism and Independence” [Ativismo anti-colonial e independência], mostra como a luta anticolonial em São Tomé e Príncipe esteve profundamente vinculada à diáspora, especialmente por meio de estudantes santomenses em Lisboa, os quais fundaram o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) nos anos 1960, reformulado em 1972 como Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). O movimento, composto pela elite crioula escolarizada (cujos membros recebem a alcunha de Forros em STP), enfrentou desafios para ser reconhecido em STP por operar no exílio e não organizar manifestações ou ações armadas no arquipélago. Após a Revolução dos Cravos em 1974, a independência foi negociada entre Portugal e o MLSTP, reconhecido pela antiga metrópole como representante legítimo da luta de libertação em STP, apesar de sua pouca influência no arquipélago até então. A transição para a independência em 1975 foi pacífica, marcada por disputas internas entre o MLSTP e outras organizações, como a Frente Popular Livre, que rapidamente perdeu relevância. Como mostra Seibert, a independência consolidou a liderança do MLSTP, mas também ressaltou as tensões entre o discurso unificador dos nacionalistas e as divisões sociais e históricas da sociedade santomense.

Como Seibert argumenta no capítulo seis, “Politics and Economy since 1975” [Política e economia desde 1975], após a independência, STP tornou-se uma república socialista de partido único, tendo feito a transição para uma democracia multipartidária em 1990. Esse capítulo não acompanha a força analítica presente nos demais textos do livro, tendo um caráter mais descritivo, que termina por reverter uma avaliação tendencialmente moralizante dos contextos enfrentados pelo arquipélago no tempo pós-colonial. Por exemplo, o autor acaba por descrever o país como uma “república das bananas”, ignorando as complexidades pós-coloniais, como a rejeição por parte dos sujeitos pós-coloniais ao sistema de plantação de cacau, símbolo da opressão colonial. O autor ressalta como a tentativa de explorar petróleo em 1997 gerou entusiasmo, mas não trouxe os resultados esperados, chegando a lamentar o fim das plantações devido ao seu potencial econômico, mas

⁶ Um exemplo dessa bibliografia recente sobre a temática, para além do já citado livro de Inês Nascimento Rodrigues, pode ser encontrado na obra de Mustafah Dhada (2016).

sem considerar a perspectiva local sobre esse sistema, que historicamente produziu riquezas para os proprietários, mas ao custo de muita exploração e sofrimento.

Apreciação crítica

Ao longo de sua obra, Seibert consegue ilustrar a singularidade de STP dentro do empreendimento colonial português e, ao mesmo tempo, mostrar como o arquipélago se configura como ponto fulcral da história global desde o século XV. A história das ilhas revela sobreposições significativas com outros territórios portugueses, como Madeira, Açores e Cabo Verde, mas também destaca características únicas, como o pioneirismo no desenvolvimento da economia de plantação e o envolvimento precoce de elites negras e mestiças em cargos oficiais da administração colonial. Essa dualidade reforça a noção de STP como local único de experimentação e microcosmo de dinâmicas coloniais mais amplas. Contudo, a ausência de uma conclusão no livro, que conecte os capítulos e reforce a importância da história de São Tomé e Príncipe para um público internacional, faz com que as contribuições a que a obra se propõe não sejam plenamente articuladas.

Embora o livro ofereça *insights* valiosos, o debate a seu respeito certamente se beneficiará de uma perspectiva crítica. Uma complexificação de determinados conceitos ou demarcadores empregados pelo autor certamente traria uma importante densidade da qual, por vezes, sentimos falta ao longo do livro. Dois exemplos podem ilustrar aquilo a que estamos aqui nos referindo. Primeiramente, consideramos o uso do termo “recolonização” para descrever a segunda onda de controle português sobre STP, no século XIX, inadequado por apontar para uma perspectiva eurocêntrica, que ignora o papel colonial desempenhado por atores brasileiros nos séculos intermediários. Embora o Brasil fosse, também, um território colonial durante os séculos XVII e XVIII, conquistando a independência em 1822, colonos brasileiros em STP dedicaram-se a práticas coloniais semelhantes às dos colonizadores europeus. Ao enquadrar esse período em que STP posicionou-se economicamente como um entreposto comercial do tráfico transatlântico de escravizados como uma interrupção na colonização, Seibert negligencia as dinâmicas mais amplas do próprio colonialismo, que se estendem muito além de um foco exclusivo nos atores europeus, abarcando práticas de exploração e dominação que podem ser praticadas por agentes de diferentes origens. Em segundo lugar, o recorte cronológico e temático apresentado ao longo do livro termina por associar a existência de uma história de STP a uma história do processo de colonização português no arquipélago, na medida em que confere centralidade a esse processo. Como resultado, ficamos com a impressão de que a história das ilhas é a história da ação portuguesa, na medida em que os séculos em que essa história não foi marcada pela presença direta da coloni-

zação portuguesa, como nos séculos XVII e XVIII, são um período que termina por ser negligenciado. A ideia, apresentada pelo autor, de que com o advento da nação, a “cultura política” que emerge estaria levando o país, inevitavelmente, para o clientelismo, a corrupção e a miséria, reforça isso.⁷ Ainda que sem dúvida alguma esta não seja a intenção de Seibert, a impressão que fica é de que Portugal e seu legado colonial continuam a monopolizar as interpretações e narrativas sobre a história do arquipélago.

Parece-nos também que o foco do livro na história política e econômica ocasionalmente se dá em detrimento de um maior engajamento com dimensões socioculturais e antropológicas. Por exemplo, embora Seibert critique as práticas contemporâneas de clientelismo e corrupção em STP, sua análise recorre a uma linguagem moralmente carregada, sem explorar de forma mais nuançada os fatores históricos e estruturais que sustentam essas práticas. Consideramos que uma análise sistemática de como os legados coloniais e as desigualdades globais moldaram essas dinâmicas teria enriquecido a discussão. Além disso, comparações com práticas semelhantes em países ocidentais — como o *lobby*, frequentemente visto como legítimo nesses contextos, apesar de seus resultados nefastos para as populações dos países em que são praticados — poderiam contextualizar a crítica e evitar a impressão de um julgamento moral unilateral. Seria interessante entender quais são os contextos históricos em que essas práticas ditas corruptas e clientelistas se desenvolvem, em que exatamente elas consistem e a quem beneficiam.

De forma semelhante, o livro atribui a recusa dos Forros em trabalhar nas plantações ao orgulho cultural e à identidade, sem considerar suficientemente outros fatores. Embora o orgulho e processos de identificação possam ter informado seu discurso, as condições precárias, a remuneração insuficiente e a falta de reconhecimento social associados ao trabalho nas plantações provavelmente também desempenharam um papel significativo. Uma análise interseccional desses fatores proporcionaria uma compreensão mais alargada da resistência dos Forros aos trabalhos manuais.

⁷ Seibert (2024), por exemplo, afirma que “a cultura política local [pós-1975] tem sido caracterizada por políticas personalistas, relações neopatrimoniais, redes clientelistas, corrupção e a busca por rendimentos não produtivos (*rent-seeking*), em detrimento da racionalidade econômica e da eficiência administrativa”, p. 121. No original: “local political culture has been characterised by personalistic politics, neo-patrimonial relations, clientelist networks, corruption, and rent-seeking, to the detriment of economic rationality and administrative efficiency”. O que não é devidamente evidenciado pelo autor é o que, em sua compreensão, significam “racionalidade econômica” e “eficiência administrativa”. Ao final, ficou-nos a ideia de que existiria, para Seibert, uma forma correta – potencialmente capitalista – de lidar com a economia e o aparelho do Estado, que contudo não é explicitada.

Conclusão

The Wealth of History of the Small African Twin-Island State São Tomé and Príncipe é uma síntese admirável da extensa pesquisa de Gerhard Seibert sobre STP. Oferece uma introdução valiosa à história das ilhas, particularmente para o público de língua inglesa, e destaca a importância de STP dentro das histórias atlânticas e globais. Acreditamos que poderá incentivar o maior interesse por esse contexto interessantíssimo a nível mundial, abrindo espaço para que novos estudos se engajem com as dinâmicas socioculturais das ilhas, contribuindo para a crítica aos pressupostos eurocêntricos que ainda permeiam as narrativas sobre contextos africanos. O livro é, sem dúvida, um recurso importante para compreender as trajetórias históricas de uma das nações africanas menos estudadas.

Referências Bibliográficas

- DHADA, Mustafah. *O massacre português de Wiriamu. Moçambique, 1972*. Lisboa: Tinta da China, 2016.
- PEREIRA, Matheus Serva. “Mocambo”. In CRUZ, Miguel Dantas da; CUNHA, Mafalda Soares da; BORGES, Graça Almeida; XAVIER, Ângela Barreto (Ed.). *Lexicon of Resistance in the Iberian Empires, 1500 – 1850*. Disponível em: [https://www.resistance.uevora.pt/lexiconwords/mocambo*-\(pt\)/](https://www.resistance.uevora.pt/lexiconwords/mocambo*-(pt)/). Acessado em: 24 julho 2025.
- RANGER, Terence. “Nationalist Historiography, Patriotic History and the History of the Nation: The Struggle over the Past in Zimbabwe.” *Journal of Southern African Studies*, vol. 30, no. 2, 2004, p. 215–234. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/4133833>. Acessado em: 12/02/2025
- RODRIGUES, Inês Nascimento. *Espectros de Batepá. Memórias e narrativas do “Massacre de 1953” em São Tomé e Príncipe*. Porto: Edições Afrontamento, 2018.
- RODRIGUES, Inês Nascimento; SEIBERT, Gerhard. “Globalizing Violence and Resistance in São Tomé and Príncipe”. In LOPES, Rui e TELEPNEVA, Natalia (org.). *Globalizing Independence Struggles of Lusophone Africa: Anticolonial and Postcolonial Politics*. London: Zed Books, 2024, p. 211–226.

Recebido: 12/02/2025 – Aprovado: 09/06/2025

Editores Responsáveis

Miguel Palmeira e Stella Maris Scatena Franco